O LAR QUE FERE: REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA MULHER NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL. UMA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

Kelen Silveira da Silva[1]

Profa. Dra. Aline Groff Vivian[2]

RESUMO

Reconhecida como um problema de saúde pública, a violência doméstica contra mulher pode gerar consequências não apenas às vítimas que são atingidas diretamente, mas também, pode afetar outros membros da família os quais podem tornar-se vítimas indiretas desta realidade. Este estudo realizou uma revisão sistemática da literatura com objetivo de identificar as repercussões no desenvolvimento infantil relacionadas à exposição a ambiente com este tipo de violência. Os artigos foram buscados em bases de dados nacionais PePSIC, SciELO e PubMed publicados entre 2020 a 2025 (últimos 5 anos). Os descritores utilizados foram violência doméstica contra mulher, ambiente familiar, violência intrafamiliar e desenvolvimento infantil. Um total de 1.217 artigos foram recuperados. Os 33 artigos selecionados foram aqueles que tratavam diretamente da violência doméstica contra mulher e os efeitos no desenvolvimento infantil de crianças expostas a ambientes vulneráveis. Deste modo, restaram 7 artigos. Tais estudos eram empíricos e qualitativos. Os resultados foram discutidos à luz da literatura sobre o tema. Novos estudos com essa população podem auxiliar para planejar estratégias de promoção da saúde mental e enfrentamento da violência de gênero.

Palavras-chave: violência de gênero; promoção da saúde; infância.

1 INTRODUÇÃO

Mesmo que muitos estudos sobre o desenvolvimento humano se voltem para aspectos universais, é fundamental considerar os fatores individuais que intervêm neste processo. Estímulos ambientais, condições nutricionais, situação socioeconômica e influências culturais são elementos que exercem influência significativa no crescimento físico, intelectual e cognitivo de cada ser humano. Ademais, tais fatores desempenham um papel relevante na construção da percepção que o indivíduo tem de si mesmo, do outro e do mundo que o cerca.

De acordo com Papalia e Feldman (2013), o primeiro contato do indivíduo ao nascer, na maioria dos casos, ocorre com a família. Esta pode ser composta por pai, mãe e irmãos, sendo caracterizada como família nuclear. Em outras situações, a família extensa é uma

[1] Kelen Silveira da Silva, Universidade LaSalle, kelen.201820016@unillase.edu.br

[2] Profa. Dra Aline Groff Vivian, Universidade LaSalle, aline.vivian@unilasalle.edu.br

realidade e o cuidado pode ser estendido para avós, tios, primos e outros parentes próximos, ampliando o círculo de interação e influência no desenvolvimento da criança. O processo de desenvolvimento na primeira infância é influenciado por diversos fatores, como a interação com os cuidadores, a qualidade do ambiente familiar, o acesso aos estímulos e brincadeiras adequadas, além de oportunidades de socialização. Uma criança que recebe carinho, amor, atenção e é estimulada tende a ter uma melhor compreensão de si mesma e das suas emoções.

Um ambiente familiar saudável contribui significativamente com o desenvolvimento de habilidades que favorecem a adaptação da criança ao mundo. Conforme Moraes e Ribeiro (2023), é no âmbito familiar que a criança demonstra seus interesses, sua criatividade e desenvolve-se emocionalmente. Essas relações favorecem a socialização. Desta forma, sofrer violência ou presenciar violência entre aqueles que deveriam proporcionar o cuidado e a segurança pode gerar sentimentos de desamparo, prejudicando o desempenho em diferentes áreas da vida do indivíduo.

Em outubro de 2017, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) publicou um relatório relacionado com a violência contra a criança. Nele, foram apresentados os quatro tipos de violência mais recorrentes as quais as crianças estão expostas. Entre os dados evidenciados, consta o índice de crianças que convivem com mães que já sofreram violência doméstica por parte de seus parceiros íntimos. Tal realidade afeta indiretamente 1 em cada 4 crianças menores de 5 anos, totalizando cerca de 176 milhões de crianças em todo o mundo.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que mundialmente 1 a cada 3 mulheres sofrem violência física ou sexual pelo parceiro íntimo em algum momento da sua vida. Bacchus *et al*. (2024) destacam que a violência física é a manifestação mais recorrente de violência contra mulher, sendo vivenciada diretamente ou indiretamente nos ambientes familiares durante a infância, podendo acarretar prejuízos significativos no desenvolvimento.

No Brasil, conforme a 10º Pesquisa Nacional de Violência contra Mulher realizada a cada dois anos pelo Instituto DataSenado com o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), estima-se que 3 a cada 10 mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Este estudo foi realizado no ano de 2023, sendo ponderado como o maior no Brasil, respondendo por mais de 21 mil mulheres. Com base nos dados apresentados, a violência física aparece em terceiro lugar como a mais recorrente, 76% do público feminino entrevistado já sofreu este tipo de violência, sendo na sua maior parte mulheres de baixa renda.

A primeira edição da pesquisa ocorreu no ano de 2005 e os dados auxiliaram na elaboração da Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha,

que leva esse nome como forma de homenagear Maria da Penha Maia Fernandes, mulher vítima de duas tentativas de homicídio pelo seu esposo, cuja trajetória foi dedicada a luta contra violência doméstica e familiar contra mulheres, e criação de leis direcionadas à proteção das vítimas. A Lei Maria da Penha é caracterizada como um marco jurídico no enfrentamento da violência doméstica e familiar contra mulheres. Como principais pontos, destaca-se a definição de violência doméstica e familiar, sendo reconhecida por qualquer ação ou omissão baseada no gênero que resulte em morte, lesão, sofrimento físico, emocional, sexual, psicológico ou moral, bem como em dano patrimonial à vítima. A legislação define cinco tipos de violência, sendo elas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Do mesmo modo, prevê medidas protetivas de urgência, entre elas: afastamento do agressor do lar e proibição de aproximação para garantir a segurança da vítima e de seus dependentes, além de indicar a responsabilidade dos órgãos públicos no auxílio de mulheres vítimas de violência.

O Monitoramento dos Indicadores de Violência Contra as Mulheres no Estado do Rio Grande do Sul, divulgado pelo Observatório Estadual de Segurança Pública, em 2020, evidencia que foram registradas 18.901 ocorrências de Lesão Corporal em todo estado. Nos anos seguintes, o mesmo monitoramento apontou que, em 2021, foram 18.007 registros, 2022 teve 8.197 notificações. Já no ano de 2023, foram registrados 19.905 seguindo de 18.738 em 2024. Esses dados correspondem a um recorte dos registros segundo a data da atualização dos dados. Até o mês de maio deste ano, já foram efetuados 6.774 registros. Os indicadores estaduais, acompanhados e divulgados mensalmente, são relacionados à violência de gênero, definidos pela Lei Maria da Penha.

Entre os órgãos e serviços que atuam de forma conjunta no atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar estão as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), Polícia Civil e Militar, Centros Especializado de Atendimento à Mulher, CRAS, CREAS, Casas de Abrigo e Acolhimento, Juizados Especializados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Defensorias Públicas e Defensorias da Mulher (Especializadas), Central de Atendimento à Mulher Ligue 180, Ouvidoria da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A rede de atendimento pode variar a depender de cada cidade ou estado. No Rio Grande do Sul, estão entre as principais iniciativas da Rede de Proteção à Mulher o Centro de Referência da Mulher Vânia Araújo Machado (CRM-VAM), delegacia de Polícia *On-line* da Mulher, Observatório da Violência Contra a Mulher, Sala das Margaridas, Programa de Monitoramento do Agressor, Patrulha Maria da Penha, Rede Lilás e a Casa Violeta.

Este trabalho propõe realizar um estudo sobre a repercussão da violência doméstica contra mulher no desenvolvimento infantil, tendo em vista que muitas crianças, filhas e filhos de mulheres que sofrem este tipo de violência vivenciam diretamente ou indiretamente esse tipo de ambiente, tornando-se vítimas invisíveis e silenciadas. Segundo os dados da pesquisa do DataSenado, muitas mulheres que sofrem violência doméstica são mães, porém desconhecem as leis de apoio à proteção e não sabem que estas podem ser estendidas aos seus dependentes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) prevê em seu artigo 18º que: "É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor" (Brasil, 1999). A Organização Mundial da Saúde (OMS), assim como o UNICEF, destaca que a primeira infância é uma fase crucial para o desenvolvimento mental, emocional e social da criança, os estímulos recebidos nesta fase da vida são essenciais para um desenvolvimento saudável.

O ambiente familiar tem papel fundamental na constituição do indivíduo, um ambiente disfuncional pode influenciar negativamente no desenvolvimento emocional e cognitivo durante a infância, interferindo no desempenho escolar e nas habilidades sociais. A exposição à violência, apresentada entre aqueles que deveriam zelar por um ambiente seguro e acolhedor, pode gerar traumas, baixa autoestima, respostas comportamentais inadequadas, além de transtornos afetivos e depressão (Morais; Ribeiro, 2023).

Sampaio *et al.* (2022) especificam que a violência relacionada ao gênero se configura como um problema grave e urgente para humanidade, que pode causar impactos negativos no desenvolvimento psíquico infantil quando vivenciada mesmo que indiretamente no ambiente familiar. A maneira como as relações familiares se estabelecem influencia na constituição de valores e habilidades sociais. A criança tende a seguir modelos sejam eles positivos ou negativos tendo em vista suas vivências.

A produção de estudos ligados à temática da violência indireta sofrida por crianças que vivenciam as formas de violência doméstica contra mulher e os danos psicológicos que podem causar quando vivenciadas no período em que a criança se encontra em pleno desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo são escassas segundo Rosário e Bispo (2021). As autoras destacam em sua obra que os poucos estudos relacionados ao tema mostram que o dano mais relevante é de ordem psicológica. A criança que vivencia a

violência sofrida pela mãe pode ter sintomas como ansiedade, depressão, sentimento de insegurança, questões relacionadas com os transtornos alimentares e tentativas de suicídio.

A violência sofrida por parceiro íntimo, além de trazer sérios danos à saúde física e mental da vítima, podem gerar mudanças negativas no comportamento e desenvolvimento dos filhos que, além de expostos ao ambiente hostil, são geralmente negligenciados por aqueles que deveriam proteger. Os danos causados decorrentes desta exposição podem manifestar-se na fase atual da vivência ou a longo prazo. Estudos realizados recentemente salientam os possíveis danos que esta exposição pode causar no desenvolvimento neurológico infantil, resultando em mudanças comportamentais, tais como: dificuldade de autorregular-se emocionalmente, memória comprometida, excessiva e constante atenção em relação às possíveis ameaças, reatividade a sons, movimentos ou situações que lembram o trauma caracterizam um estado de hiperexcitação constante. O estudo ainda traz uma reflexão quando as crianças desenvolvem uma forma de predisposição, podendo no futuro figurar como vítimas também, bem como perpetuar a violência reproduzindo comportamentos observados em seu ambiente familiar. Mesmo que existam controvérsias em relação a este comportamento de perpetuação, o texto traz uma visão com base na teoria da aprendizagem social, a qual propõe que os comportamentos violentos podem ter relação com os observados e vivenciados durante a infância (Araujo *et al.*, 2024).

Leal e Azevedo (2024) avaliaram a relação entre a depressão infantil decorrente de traumas e suas implicações ao longo da vida, destacando que a depressão infantil se manifesta de formas diferentes a depender da etapa do desenvolvimento infantil na qual a criança estiver, e a sua idade maturacional. Intervir no pós-trauma, além de auxiliar na redução do sofrimento e na identificação precoce de sintomas depressivos na infância, reduz os efeitos a longo prazo que possam vir a produzir na idade adulta sintomas depressivos mais graves e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT). Diferentes experiências durante a infância, entre eles abusos, negligência e testemunhar violência doméstica, podem gerar traumas influenciado de forma negativa na saúde mental e emocional.

O crescimento de mortes e violação de direitos envolvendo crianças de todas as idades expostas a ambientes de violência doméstica contra mulher tem se intensificado, tanto durante o ciclo de exposição no lar ou após o rompimento das vítimas, mães/mulheres com o agressor. No estudo realizado por Santos *et al.* (2021), sobre uma visão patriarcal da violência contra mulher, destaca-se além das formas de violência contra a mulher a instrumentalização da criança para atingir o outro genitor. Neste contexto, as crianças tornam-se vítimas diretas, utilizadas como uma forma de atingir psicologicamente as mães vítimas de violência

doméstica por parte do genitor, ou até mesmo utilizá-las como objeto na tentativa de evitar o término do relacionamento.

Ferrão *et al.* (2020) realizaram um estudo com o intuito de identificar nos relatos de mulheres vítimas de violência doméstica que procuram as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulheres (DEAM), dados que expliquem a presença de crianças. O estudo foi feito a partir dos registros de ocorrências no ano de 2023 em um município no interior do Estado de Espírito Santo. Constatou-se que há mais chances de a criança estar em risco de diferentes formas, até mesmo risco de vida, quando a queixa de violência por parte da vítima é reincidente, ou envolve a guarda dos filhos. O estudo ainda destaca a importância de medidas protetivas direcionadas às crianças quando expostas a este tipo de violência, além de uma orientação para as mulheres vítimas no sentido de as empoderar para que consigam romper o ciclo de violência e tenham conhecimento dos impactos que esta exposição pode ter sobre os seus filhos. Reforçam também a importância de as equipes de atendimentos psicossociais estarem capacitadas para atuar na proteção quando em atendimento de crianças expostas a estes contextos.

A partir da literatura revisada, evidencia-se que o ambiente familiar contribui de forma significativa com o desenvolvimento infantil. Essa influência pode ser positiva quando presentes vínculos afetivos de qualidade, estabilidade e cuidado, ou negativa quando marcado por negligência, e exposição a conflitos violentos. Sendo assim, torna-se essencial trabalhar mais o esse tema e pensar em ações que possam auxiliar, proteger e orientar não só as mulheres/mães e vítimas, mas também as crianças que estão expostas e são pouco visualizadas em suas singularidades.

Os objetivos do estudo proposto foram analisar como a exposição à violência contra mulher pode interferir no desenvolvimento emocional e comportamental de crianças, relatar os impactos relacionados à exposição da violência nas relações familiares e descrever o papel das políticas públicas dirigidas a crianças como vítimas no contexto de violência doméstica.

3 MÉTODO

Este estudo trata-se de uma revisão integrativa de literatura científica nacional. Esse tipo de revisão, conforme Souza, Silva e Carvalho (2010), constitui-se de seis etapas: (a) elaboração das questões norteadoras; (b) busca na literatura; (c) categorização dos estudos; (d) avaliação dos estudos; (e) interpretação dos resultados e (f) síntese do conhecimento. A

seguir, as demais etapas serão detalhadas de modo a evidenciar que todos os procedimentos metodológicos pertinentes foram observados.

Foram excluídos da investigação os artigos que não respondiam aos critérios estabelecidos e mantidos apenas os que tratavam diretamente da violência doméstica contra mulher e os efeitos no desenvolvimento infantil de crianças expostas a ambientes vulneráveis, nos últimos cinco anos.

3.1 Procedimentos

Com as questões norteadoras, as buscas nas bases de dados foram realizadas por meio dos descritores violência doméstica contra mulher, ambiente familiar, violência intrafamiliar e desenvolvimento infantil. Foram localizadas 1217 referências no total, sendo que foram selecionadas a partir da leitura de seus resumos por meio da aplicação dos critérios de inclusão/exclusão preconizados anteriormente.

Os 33 artigos selecionados foram recuperados na íntegra e submetidos a uma leitura analítica realizada de modo independente pelo primeiro autor e, em caso de dúvidas, pelo orientador do presente estudo, restando 7 estudos ao final.

Os resultados oriundos dessa leitura foram organizados em uma planilha contendo seis dimensões de análise, a fim de possibilitar a categorização, segundo os procedimentos sugeridos por Broome (2000).

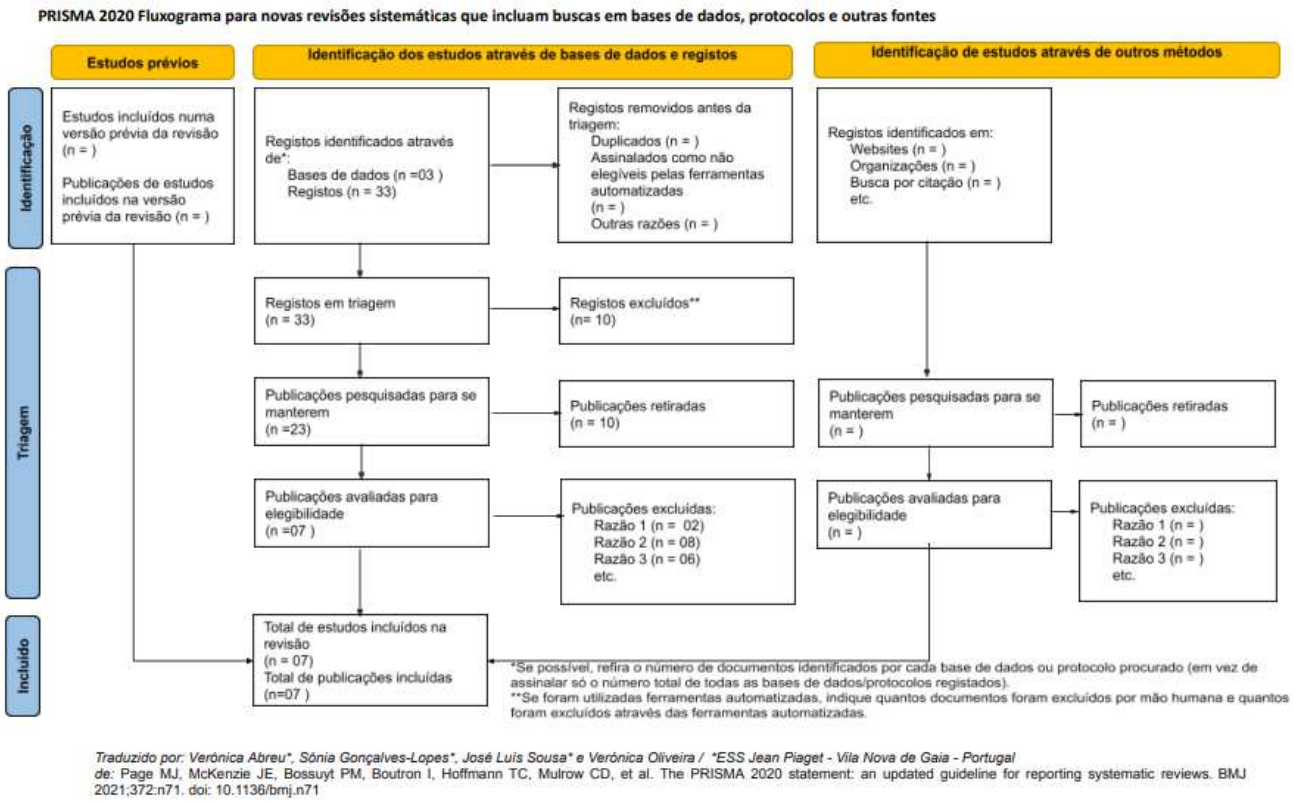
As dimensões de análise foram as seguintes: (a) ano de publicação; (b) fonte de publicação; (c) tipo de estudo; (d) amostra; (e) objetivos e (f) principais resultados.

3.2 Análise de dados

Após a aplicação dos critérios preconizados, foram selecionados 33 artigos. Em seguida, 26 foram excluídos por não pertencerem aos critérios de inclusão. Os estudos escolhidos foram lidos na integra.

Desse modo, foram efetivamente recuperados para o presente estudo 7 artigos, sendo 5 artigos qualitativos, os quais foram considerados pertinentes ao estudo por contemplarem o assunto em questão de modo abrangente. Os resultados da categorização dos artigos recuperados foram, por fim, interpretados a partir da articulação com outros estudos sobre o assunto, o que levou à síntese do conhecimento decorrente da pesquisa.

Figura 1 – Prisma 2020. Fluxograma para novas revisões sistemáticas que incluam buscas em bases de dados, protocolos e outras fontes



Traduzido por: Verónica Abreu, Sónia Gonçalves-Lopes*, José Luís Sousa* e Verónica Oliveira / *ESS Jean Piaget - Vila Nova de Gaia - Portugal*
de: Page MJ, McKenzie JE, Bossuyt PM, Boutron I, Hoffmann TC, Mulrow CD, et al. The PRISMA 2020 statement: an updated guideline for reporting systematic reviews. BMJ 2021;372:n71. doi: 10.1136/bmj.n71

Fonte: Page *et al*. (2021).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Quadro 1 apresenta a categorização dos artigos recuperados quanto ao ano de publicação, fonte, tipo de estudo e amostra, sendo que, para melhor organização, cada um deles foi identificado com um número. No Quadro 2 e no Quadro 3, encontram-se, respectivamente, a categorização dos artigos recuperados quanto aos seus objetivos e os principais resultados. Os dados serão discutidos à luz da literatura revisada.

Quadro 1 - Categorização dos artigos recuperados quanto à identificação, ano de publicação, fonte, tipo de estudo, amostra

Ano de publicação	Base de dados	Autores Sobrenome, Iniciais	Periódico (link do artigo)	Método	Amostra / Participantes
2020	PePsic	Maffei, B; Marcos, C; Paludo, S.	Psicologia em Revista, Belo Horizonte. https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p161-180	Pesquisa descritiva e de natureza qualitativa	24

Continua

2021	Pub Med	Lima, M; Jenney, A; Scott, K; Wall4, M.	Revista Internacional sobre Malt Infantil, v. 5, p. 57-79, 2022. https://doi.org/10.1007/s42448-021-00094-6	Estudo Qualitativo	36
2023	BVS	Avila, J; Areosa, S.	Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. https://doi.org/10.17267/2317-3394rpds.2023.e4821	Estudo exploratório do tipo observacional descritivo	06
2022	BVS	Pöttker, C; Arpini., D; Brandolt, C.	Estudos de Psicologia (Natal) https://doi.org/10.22491/1678-4669.20220019	Pesquisa de caráter qualitativo	12
2024	Med	Winfeld, A; Hilton, N; Poon, J; Straatman, A.J.	Revista de Violência Familiar https://doi.org/10.1007/s10896-022-00488-1	Qualitativo	77
2023	BVS	Sousa, F; Schultz, G.	Saúde Debate. https://doi.org/10.1590/2358-28982023E19097P	Pesquisa qualitativa	15
2024	Scielo	Lima, F; Costa, C; Pasinato, L; Mosmann, C.	Psicologia e Ciência https://doi.org/10.1590/1982-3703003261225	Quantitativo, transversal e explicativo	100

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quadro 2 - Categorização dos artigos recuperados quanto aos objetivos (n = 7)

	Objetivos
1	Compreender os motivos que levam as mulheres em situação de violência a buscar ajuda em uma Delegacia de Polícia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) e suas expectativas após a denúncia.
2	Descrever o desenvolvimento e a avaliação preliminar do Mothers in Mind (Mães em Mente), um programa de intervenção diádica mãe-filho, baseado em traumas, projetado para atender a essa necessidade.
3	Compreender os fatores que motivam a violência familiar no cotidiano de mulheres da periferia de Santa Cruz do Sul/RS, em situação de vulnerabilidade social.
4	Compreender como profissionais de psicologia inseridos nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) percebem sua atuação nas situações de violência intrafamiliar.
5	Explorar estratégias e segurança adotados por mães e filhos que enfrentam juntos situações graves de violência doméstica, destacando as lacunas existentes nos serviços de proteção que normalmente focam mais nas mulheres e ignoram as crianças.
6	Compreender os fatores que repercutem no processo de decisão da mulher acolhida na Sala Lilás IML Centro RJ em romper com o ciclo de violência.
7	Avaliar a correlação e o poder preditivo dos fatores da parentalidade e da coparentalidade em sintomas clínicos de ansiedade e depressão nos filhos.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Quadro 3 - Categorização dos artigos recuperados quanto aos principais resultados (n = 7)

	Resultados
1	Os principais motivos que levaram as mulheres a recorrer a delegacia foram a violência psicológica e física, sendo o ex-companheiro identificado como o principal agressor.
2	Os relatos das mães evidenciaram uma melhora na interação mãe-filho pré e pós intervenção, os quais demonstraram uma maior autoeficácia parental, uma parentalidade mais saudável e um bem-estar psicológico aprimorado. Indica-se fortalecer a capacidade relacional das díades afetadas pela violência, discutindo implicações para futuras pesquisas e propostas de intervenção.

Continua

3	Algumas características comuns entre as mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade social foram: baixa escolaridade, poucas condições financeiras, construção familiar desestruturada, além de pouca compreensão sobre o contexto da violência familiar e do seu enfrentamento.
4	Há vários desafios relacionados ao trabalho desenvolvido no Centro Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), entre eles: a forma de trabalhar, que está relacionada ao entendimento acerca da distribuição de responsabilidade, especialmente entre Estado e família, oscilando entre uma perspectiva familista e protetiva, não havendo uma forma única que generalize algo tão complexo como a violência intrafamiliar. Além de estratégias para o enfrentamento dos desafios apresentados, entre eles: educação permanente e a discussão de casos, ambas fomentam diálogo e reflexão ampliando o conhecimento, auxiliando na tomada de decisão.
5	As díades mãe/filho trabalham juntos para tranquilizar um ao outro e criar estratégias para tranquilizar e manter um ao outro seguro, planejando como deixar o agressor.
6	A motivação para a mulher realizar o registro da ocorrência policial não está relacionada somente ao último episódio, mas sim, a um desfecho de experiências vivenciadas anteriormente ao longo da sua vida, as quais acabam impactando também no seu processo de decisão.
7	Os sintomas emocionais e comportamentais dos filhos têm uma correlação que vai de baixa a moderada em relação aos fatores de parentalidade e coparentalidade. Demonstrando a suscetibilidade à qualidade do funcionamento dos subsistemas parental e coparental, assim como indica a literatura. O conflito familiar coparental e a supervisão do comportamento foram preditores dos sintomas de ansiedade generalizada, e a triangulação familiar dos sintomas de depressão.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Este estudo teve como objetivo avaliar os possíveis impactos relacionados à violência doméstica contra mulher no desenvolvimento infantil e o que vem sendo construído e pensado a respeito de rede de proteção e cuidado, tendo em vista que esta realidade está presente em muitos lares se configurando como um grave problema social, extrapolando os limites entre a relação do casal, atingindo outros membros da família especialmente os filhos, crianças que por vezes encontram-se em plena fase de desenvolvimento.

Os Artigos 1 e 6 apresentam em seus resultados algumas das motivações mais recorrentes que levam mulheres vítimas de violência doméstica a realizar o registro da ocorrência, destacando-se entre eles as formas de violência, sendo as mais comuns a física e a psicológica, tendo como principal agressor o ex-companheiro, e a residência o local de maior incidência dos casos. Os dados ainda mostram que boa parte das vítimas reside com os filhos e ponderam a preocupação com estes, também uma motivação para efetuar o registro.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) especifica que uma a cada três mulheres sofre violência física ou sexual pelo parceiro íntimo mundialmente. Bacchus *et al.* (2024) destacam que esta é a manifestação mais recorrente de violência contra mulher. Conforme a 10º Pesquisa Nacional de Violência contra Mulher realizada no Brasil pelo Instituto DataSenado e o Observatório da Mulher contra a Violência (OMV), estima-se que três a cada dez mulheres brasileiras já foram vítimas de violência doméstica. Segundo os dados apresentados, a violência física aparece em terceiro lugar como a mais recorrente, 76% do público feminino entrevistado já sofreu este tipo de violência, sendo na sua maior parte

mulheres de baixa renda. Dados estes que preocupam e fazem refletir acerca das medidas que possam auxiliar, proteger e fortaleçam as mulheres vítimas para que rompam o ciclo de violência, consigam cuidar de si mesmas e de seus dependentes, pois boa parte delas são mães e residem com seus filhos, os quais acabam expostos aos atos de violentos.

Em consonância com as pesquisas descritas acima, ainda com um olhar mais direcionado à mulher, o Artigo 3 exibem algumas características de mulheres trabalhadoras em situação de vulnerabilidade e a relação com a violência familiar presente no dia a dia de muitas delas. Após a avaliação do estudo, os autores verificaram que entre as características mais comuns estão a baixa escolaridade, condições financeiras, um contexto familiar sem uma boa estrutura, e pouco conhecimento sobre como enfrentar as situações que envolvem a violência familiar. A vulnerabilidade destas mulheres e a falta de orientação acabam por dificultar a compreensão de que elas podem estar vivendo algum tipo de violência, contribuindo com a naturalização da situação e dificultando a busca por ajuda. As questões envolvendo vulnerabilidade e violência familiar são trazidas na forma de relatos de profissionais da psicologia que atuam em Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em cidades do interior do Estado do Rio Grande do Sul atendendo famílias em situação de risco, tal como salientado no Artigo 4. Alguns destes profissionais relatam que, ao iniciarem o atendimento, acabam dando mais atenção às crianças e aos adolescentes, provavelmente por se tratar de públicos mais vulneráveis, mas, no decorrer da conversa, percebem que todos os integrantes da família já sofreram alguma violência. Com isso, ponderam que se trata de um fenômeno transversal, de diferentes faces e complexo, que pode afetar a maioria dos membros a depender do papel que cada um ocupa no núcleo familiar envolvido. Essas observações demonstram como um ambiente adoecido afeta a funcionalidade de toda uma família, e nos fazem mais uma vez refletir e pensar sobre como auxiliar e levar conhecimento em relação às cicatrizes que estes conflitos podem deixar naqueles que, muitas vezes, estão se constituindo como indivíduos por meio das suas experiências, e ainda não conseguem expressar seus sentimentos, nem tem voz para isso, gerando traumas profundos e duradouros.

A relação estabelecida entre os responsáveis pela educação de seus filhos exerce papel significativo quanto ao bem-estar de cada um deles. Os resultados mostrados no Artigo 7 ressaltam que quanto melhor for a relação entre os responsáveis, mesmo que não convivam mais no mesmo ambiente, menores são as chances de os filhos apresentarem sintomas emocionais disfuncionais. Em contrapartida, quando existem desentendimento e conflitos os sintomas como ansiedade e questões comportamentais tendem a ser mais comuns. Quando as

brigas são veladas e a criança é envolvida por um dos pais como aliada com intuito de auxiliar na manutenção da relação, há o risco de ela internalizar seus sentimentos. Tal situação pode corroborar com a evolução de um quadro de depressão infantil. Moraes e Ribeiro (2023) enfatizam que o contexto familiar influencia diretamente o desenvolvimento infantil e a saúde mental. Para Sampaio *et al.* (2022), as relações familiares impactam no desenvolvimento psíquico infantil e as dinâmicas familiares exercem influência na constituição de valores e na formação de habilidades sociais, mesmo que vivenciadas indiretamente no ambiente familiar. Araújo *et al.* (2024) enfatizam as consequências no desenvolvimento neurológico infantil, as quais podem resultar em alterações, entre elas: estado de hiperexcitação constante, dificuldade de memória e de autorregular-se emocionalmente, reatividade a sons, movimentos ou situações que lembram o trauma, entre outros. A instrumentalização de crianças para atingir o outro genitor é discutida no estudo realizado por Santos *et al.* (2021), sobre uma visão patriarcal da violência contra mulher. Neste contexto, as crianças podem ser usadas para atingir psicologicamente as mães ou impedirem o término do relacionamento.

Ao refletirmos sobre o ambiente familiar e os impactos emocionais que um ambiente disfuncional pode causar, é fundamental também direcionar o olhar para mulher/mãe que se encontra vulnerável e, muitas vezes, sem recursos emocionais para cuidar dos filhos. O Artigo 5 buscou identificar como mães e filhos criam estratégias para juntos lidar com violência doméstica, destacando a importância da díade mãe-filho no enfrentamento dessa realidade. Entre as estratégias identificadas, estão a comunicação contínua entre eles, incluindo o uso de códigos e da tecnologia para solicitar ajuda, a redução da exposição, com orientação para procurarem outro espaço ou alguém de confiança, e a realização de atividades calmantes relacionadas tanto com a presença da mãe quanto com a utilização de recursos que trazem conforto à criança no momento da violência, por exemplo, brinquedos. Esses resultados demonstram que as crianças, a depender da sua fase de desenvolvimento, podem estar incluídas no planejamento de segurança em casos de violência doméstica contra mulher, como demonstram as estratégias mostradas anteriormente, tendo em mente a importância de reconhecer e validar os sentimentos de proteção para com a mãe. O trabalho salienta também a necessidade de os órgãos de atendimento estarem mais preparados, bem como desenvolverem um olhar mais atento às necessidades das crianças. Os resultados da investigação vão ao encontro do que afirmam Papalia e Feldman (2013), ao destacarem que a qualidade das interações nas fases iniciais da vida de uma criança contribuem de forma significativa com o desenvolvimento saudável. Favorecendo os estudos relacionados à díade mãe-filho, o Artigo 2 realça o desenvolvimento e a avaliação preliminar de um programa de

intervenção chamado *Mothers in Mind* (Mães em Mente), que busca melhorias nas relações das díades com base nos traumas que envolvem as experiências de violência por parceiro íntimo. Os resultados, após a intervenção, demonstraram uma maior confiança das mães em relação ao seu papel, assim como comportamentos parentais mais saudáveis e melhora no bem-estar psicológico, sugerindo a relevância de fortalecer este vínculo incentivando e reforçando a importância de promover pesquisas e intervenções futuras relacionadas ao tema. Existe a escassez de estudos relacionados à temática da violência indireta sofrida por crianças nestes contextos, tal como relatam Rosário e Bispo (2021). A pesquisa aponta que os danos mais significativos são de origem psicológica, e os sintomas mais comuns são: ansiedade, depressão, sentimento de insegurança, questões relacionadas aos transtornos alimentares e tentativas de suicídio.

Diante das discussões exibidas, fica claro o quão prejudicial é para uma criança viver em um ambiente disfuncional, especialmente em contextos que envolvam violência doméstica contra mulher. Da mesma forma, pode-se verificar que fortalecer a relação mãe/filho pode auxiliar na criação de estratégias de proteção para ambos, assim como pensar em políticas públicas e práticas de cuidado ligadas às crianças expostas a esta situação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como principal objetivo identificar os impactos da violência doméstica contra mulheres no desenvolvimento infantil, levando em conta que muitas crianças são expostas a esta forma de violência, seja diretamente ou indiretamente. Os resultados evidenciam que o ambiente familiar e a qualidade das relações estabelecidas nele têm grande impacto na construção do sujeito, podendo causar traumas e danos à saúde mental a curto e longo prazo. Apesar da importância deste tema, pode-se perceber uma lacuna significativa na produção acadêmica, o que destaca ainda mais a importância de trabalhar e discutir sobre esse assunto tão presente na atualidade, especialmente quando tratamos da necessidade de se pensar em estratégias para proteger as vítimas, muitas vezes invisibilizadas nestes contextos.

Torna-se essencial desenvolver estratégias psicossociais que possibilitem aos órgão de atendimentos melhor compreensão sobre os riscos e consequência da exposição infantil à violência doméstica. Isto permitirá um cuidado mais integral, que contemple a mulher vítima e também seus dependentes. É importante orientar e apoiar as mulheres, fortalecendo o seu papel protetivo e contribuindo com a construção de vínculos mais saudáveis

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Nívea Carolina Tavares *et al.* Impactos psicossociais em filhos de mulheres vítimas de violência por parceiros: uma revisão integrativa. **Revista Enfermagem Atual**, *[S.l.]*, v. 98, n. 3, p. 1-13, set. 2024. Disponível em: https://revistaenfermagematual.com.br/index.php/revista/article/view/2246. Acesso em: 23 maio 2025.

BACCHUS, L. J. *et al.* Interventions that prevent or respond to intimate partner violence against women and violence against children: a systematic review. **The Lancet. Public health,** v. *9, n.* 5, p. 326-338, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.1016/S2468-2667(24)00048-3. Acesso em: 23 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à forme. **Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas**., 1999. Disponível em: https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/suas/unidades-de-atendimento/centro-de-referencia-especializado-de-assistencia-social-creas. Acesso em: 18 maio 2025

BROOME, Marion E. Revisões integrativas de literatura para o desenvolvimento de conceitos. *In:* RODGERS, Beth L.; KNAFL, Kathleen A. **Desenvolvimento de conceitos em enfermagem:** fundamentos, técnicas e aplicações. 2. ed. Filadélfia: W. B. Saunders Company, 2000. p. 231-250.

FERRÃO, Erika da Silva *et al*. Infância em Segurança: prevenir violência e fortalecer enfrentamento. **Coleção Infância em Segurança,** v. 1. Porto Alegre: Editora CRV, 2020.

FERRO, Luiz Roberto Marquezi.; OLIVEIRA, Aislan José de. Os impactos da violência no desenvolvimento infantil. **RECIMA21:** Revista Científica Multidisciplinar, *[S. l.]*, v. 4, n. 4, p. e442952, 2023. DOI: 10.47820/recima21.v4i4.2952. Disponível em: https://recima21.com.br/index.php/recima21/article/view/2952. Acesso em: 26 abr. 2025.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **Um Rosto Familiar:** Violência na vida de crianças e adolescentes. UNICEF, Nova York, 2017. ISBN: 978-92-806-4919-2. Disponível em: https://www.unicef.org/reports/familiar-face. Acesso em: 26 abr. 2025.

LEAL, M. E. C.; AZEVEDO, C. T. de O. Diagnóstico precoce e intervenção na depressão infantil pós-trauma como estratégia de prevenção da depressão em adultos. **Revista Eletrônica Acervo Médico**, v. 24, p. 15216, 2024.

MAFFEI, Bruna.; MARCOS, Cristiane Barros.; PALUDO, Simone dos Santos. Motivações e expectativas de mulheres em situação de violência no momento da denúncia em uma delegacia especializada em atendimento à mulher. **Psicol. rev. (Belo Horizonte)**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 165-186, abr. 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682020000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 maio 2025.

MORAES, Isabella Costa.; RIBEIRO, Anna Costa Pinto. **A vivência da agressividade e o impacto na formação psíquica da criança**., 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Violência contra a mulher**. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/violence-against-women#tab=tab_1. Acesso em: 18 maio 2025.

PAPALIA, Diane E. **Desenvolvimento Humano.** 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

REDE DE PROTEÇÃO DA MULHER. **Orientações importantes para mulheres em situação de violência.** Governo do Rio Grande do Sul. Disponível em: https://www.rs.gov.br/carta-de-servicos/servicos?servico=2297. Acesso em: 18 maio 2025.

ROSÁRIO, Maria do.; BISPO, Lorenna Grasielle Silva. **As consequências da violência doméstica contra a mulher no desenvolvimento dos filhos menores**. Universidade Nacional de Córdoba; Universidade Estadual de Roraima/UERR. Disponível em: https://orcid.org/000000033625948X. Acesso em: 29 jun. 2025.

SAMPAIO, Laiza Helen Oliveira.; BERIGO, Maria Eduarda Fani.; SOUZA, Milena Dias de.; LOPES, Cláudia Ferreira. **Impactos psicossociais e possíveis alterações no desenvolvimento infantil provocados pela violência doméstica sofrida pela mulher**., 2022. Disponível em: https://unisalesiano.com.br/aracatuba/wp-content/uploads/2022/08/Artigo-Impactos-psicossociais-e-possiveis-alteracoes-no-desenvolvimento-infantil-Pronto.pdf. Acesso em: 18 maio 2025.

SANTOS, Paloma Lima dos *et al*. Era vidro e se quebrou: o assassinato de crianças, uma relação familiar rompida pelo machismo. **Revista Abordagens,** João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 132-149, mar. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/54966. Acesso em: 23 maio 2025.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Indicadores da Violência Contra a Mulher.** Disponível em: https://www.ssp.rs.gov.br/indicadores-da-violencia-contra-a-mulher. Acesso em: 18 maio 2025.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL. **Observatório da Violência Contra a Mulher.** Disponível em: https://www.ssp.rs.gov.br/observatorio-mulher. Acesso em: 18 maio 2025.

SENADO FEDERAL. DataSenado aponta que 3 a cada 10 brasileiras já sofreram violência doméstica. **Senado Notícias**, Brasília, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/11/21/datasenado-aponta-que-3-a-cada-10-brasileiras-ja-sofreram-violencia-domestica. Acesso em: 18 maio 2025.

SENADO FEDERAL. **Rede de Atendimento à mulher vítima de violência.** Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/copy_of_informacoes-sobre-a-rede-de-atendimento. Acesso em: 18 maio 2025.

SENADO FEDERAL. Delegacias da Mulher passam a prestar atendimento 24 horas. **Senado Notícias**, Brasília, 21 nov. 2023. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/04/04/delegacias-passam-a-prestar-atendimento-24-horas-a-mulheres-vitimas-de-violencia. Acesso em: 18 maio 2025

SOUZA, Marcela Tavares de.; SILVA, Michelly Dias da.; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Revista Científica da Faculdade de Enfermagem da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 102-106, set./dez. 2010.